



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

Ofício n.º 097/2015.

Antônio Almeida, PI, 23 de junho de 2015.

Excelentíssima. Senhora
Vereadora **Joselice Pereira da Silva**
DD Presidente da Câmara Municipal de Antônio Almeida
Antônio Almeida - PI



Senhora Presidente,

Em cumprimento ao que dispõe o § 2º, do Art. 129, Capítulo VII do Regimento Interno dessa Câmara Municipal de Vereadores, encaminho-lhe, anexo, texto da **LEI MUNICIPAL Nº 216/2015**, de 23 de junho de 2015, de iniciativa do Poder Executivo, aprovada por essa Casa Legislativa por unanimidade dos presentes, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, realizadas em 19/05/2015 e 22/06/2015 respectivamente, conforme Ofício nº 043/2015, de 23/06/2015, e por mim sancionada, que “**INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI – SMC, SEUS PRINCÍPIOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO**”, e dá outras providências.

Atenciosamente,


JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Antônio Almeida

PREI - ANTONIO ALMEIDA
PROTÓCOLO
Em 23.06.2015
Ribeiro

Ofício nº 043/2015

Antônio Almeida, 23 de junho de 2015.

Sr. Prefeito,

COMUNICO Vossa Excelência, que foi aprovado em Sessões Ordinárias do dia 19/05/2015 e 22/06/2015, respectivamente por unanimidade dos presentes o Projeto de Lei nº 007/2015, "que institui o Sistema Municipal de Cultura de Antonio Almeida – PI – SMC, seus princípios, objetivos, organização, gestão, componentes, financiamento e dá outras providências".

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,


Joselice Pereira da Silva
Presidente da Câmara

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Antonio Almeida-PI.
João Batista Cavalcante Costa
Praça Agostinho Varão, 57 - Centro.
64.855-000 Antônio Almeida – PI.



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA DE VEREADORES
Antônio Almeida-PI
PROTÓCOLO:

Recebido em 02, 07/15

Antônio Magalhães
Assessor

LEI MUNICIPAL Nº 216/2015, de 23 de Junho de 2015.

“INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTÔNIO ALMEIDA-PI – SMC, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Antônio Almeida-PI, faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula no município de Antônio Almeida-PI em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI.



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Antônio Almeida-PI e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Antônio Almeida-PI planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I – o direito à identidade e à diversidade cultural;
- II – o direito à participação na vida cultural, compreendendo:
 - a) livre criação e expressão;
 - b) livre acesso;
 - c) livre difusão;
 - d) livre participação nas decisões de política cultural.
- III – o direito autoral;
- IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e que constituem o patrimônio cultural do Município de Antônio Almeida-PI abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, Conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14 - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de



GABINETE DO PREFEITO

coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só possa ser tingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 17 - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

Seção III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração



GABINETE DO PREFEITO

de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social;

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de idéias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Antônio Almeida-PI deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA
CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28 - Fica instituído no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI no Estado do Piauí, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.



GABINETE DO PREFEITO

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Cultura - PMC, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal de Antônio Almeida-PI, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiro e responsável pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

**CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS**

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II - assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e multiplicidade culturais, estimulando uma visão local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura;



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

- III** - mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades no desenvolvimento e na sustentação das manifestações e projetos culturais;
- IV** - fortalecer as identidades locais, através do incentivo à criação, produção, pesquisa, difusão e preservação das manifestações culturais;
- V** - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- VI** - repertoriar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do município e as memórias, materiais e imateriais, da comunidade de Antonio Almeida - Piauí.
- VII** - proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais com adaptações aos portadores de necessidades especiais;
- VIII** - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, regiões e bairros do município;
- IX** - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- X** - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC;
- XI** - consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da avaliação dos marcos legais e institucionais já estabelecidos: Secretaria Municipal de Cultura; Conferência Municipal de Cultura; Lei Municipal de Incentivo à Cultura e ao Esporte; Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e Conselho Municipal do Patrimônio Cultural;
- XII** - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

**CAPÍTULO III
DOS COMPONENTES**

Art. 33 - Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Coordenação:

a) Secretaria Municipal de Cultura

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura - CMC.

III - Instrumentos de Gestão:

a) Plano Municipal de Cultura - PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMHC;

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

Seção I

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Cultura é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35 - São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I** - Implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- II** - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- III** - Implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- IV** - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- V** - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI** - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
- VII** - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- VIII** - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;
- IX** - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X** - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XI** - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XII** - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

GABINETE DO PREFEITO

- XIII** - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;
- XIV** - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;
- XV** - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estaduais e Nacional de Cultura;
- XVI** - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 36 - À Secretaria Municipal de Cultura como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

- I** - exercer a coordenação geral do Sistema;
- II** - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- III** - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- IV** - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- V** - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VI** - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;
- VII** - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Seção II

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 37 - Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I** - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- II** - Conferência Municipal de Cultura – CMC.

Subseção I

Do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 38 - Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de



GABINETE DO PREFEITO

Cultura com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura -CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 39 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é órgão paritário, composto por 08(oito) membros titulares e respectivos suplentes, a saber:

I - 04 (quatro) representantes da Administração Pública Municipal, sendo:

- a) O Titular da Secretaria Municipal Cultura;
- b) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de cultura;
- c) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- d) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II - 02 (dois) representantes de entidades da Sociedade Civil, pertencentes à área de atuação Arte/Cultura;

III - 02 (dois) representantes de entidades da Sociedade Civil, pertencentes à área de atuação Patrimônio Cultural.

§ 1º Os representantes de entidades da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura -CMC serão eleitos democraticamente em fórum municipal específico, conforme regulamento a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de cultura.

§ 2º Nenhum membro, titular ou suplente, representante de entidade da Sociedade Civil, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Público Municipal.

§ 3º Os membros representantes da Administração Pública Municipal, titulares e suplentes, serão indicados pelo respectivo órgão da Administração Municipal com representação no Conselho.

§ 4º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 5º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo mediante Decreto;

§ 6º O mandato do Conselheiro será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um período.

§ 7º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC não será remunerado, constituindo serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 40 - As entidades da Sociedade Civil que desejem concorrer às eleições do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC devem atender aos seguintes requisitos:



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

I - estar regularmente constituída;

II - comprovar atuação de 01 (um) ano ininterrupto em atividades culturais no Município de Antônio Almeida-PI

Art. 41 - O funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC será definido em Regimento Interno, devendo ser proposto e aprovado por seus integrantes.

Art. 42 - Ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC compete:

I - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;

III - estabelecer o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

V - acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil apoiados pela Secretaria Municipal de cultura;

VI - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XIV - apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais de Antônio Almeida Piauí;

XV - responder as consultas sobre proposições relacionadas às políticas públicas de cultura no município, dentro de sua esfera de competência;

XVI - organizar as Conferências Municipais de Cultura e promover os Fóruns Setoriais de acordo com as áreas constantes do Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais – CMIC;

XVII - elaborar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC;

XVIII - debater as propostas de reformulação dos marcos legais da gestão cultural, para submeter posteriormente aos órgãos competentes; e

GABINETE DO PREFEITO

XIX - incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de espaços culturais, de iniciativa de associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

Art. 43 - O Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC promoverá anualmente os Fóruns Setoriais, organizados em duas áreas: Arte/Cultura e Patrimônio Cultural.

Art. 44 - São atribuições dos Fóruns Setoriais:

I - reunir os diversos segmentos das áreas, conforme definidas no Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais – CMIIIC, para debater questões relacionadas às políticas culturais;

II - propor inclusão de novos segmentos nas Áreas Temáticas do Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais – CMIIIC; e

III - criar Câmaras Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural.

Art. 45 - Os Fóruns Setoriais são espaços de diálogo, de pactuação e proposição de políticas públicas para cada segmento, sugerindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

Parágrafo único - Os Fóruns Setoriais podem ter reuniões extraordinárias quando houver Necessidade, mediante convocação do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 46 - A Secretaria Municipal de cultura garantirá infra-estrutura, suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para o desempenho de suas atribuições.

Art. 47 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem o direito de usufruir de espaço próprio no Diário Oficial do Município para publicar suas resoluções, comunicados e outros instrumentos previstos no Regimento Interno.

Subseção II Da Conferência Municipal de Cultura

Art. 48 - A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.



GABINETE DO PREFEITO

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovações, e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos, de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º A inscrição na Conferência Municipal de Cultura com direito a voz e voto se dará com devido registro no Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais – CMIC, efetuado, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da Conferência.

Art. 49 - São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

I - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC, observando quando pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Estadual de Cultura;

II - aprovar o Regimento Interno da Conferência no ato da abertura desta;

III - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município;

IV - facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular, no município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural;

V - auxiliar o governo municipal, e subsidiar os governos, Estadual e Federal, a consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade;

VI - identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;

VII - promover e viabilizar informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura e posteriormente a consolidação com os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura;

VIII - avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de cultura.

Art. 50 - Os Eixos Temáticos das Conferências Municipais de Cultura de Antônio Almeida-PI serão definidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, levando-se em consideração o tema geral a ser definido pelo Ministério de Estado da Cultura.

Art. 51 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC poderá nomear um Grupo de Trabalho Executivo – GTE, para organizar a Conferência Municipal de Cultura, com as seguintes funções:

I - coordenar e supervisionar os trabalhos para realização da Conferência, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;



GABINETE DO PREFEITO

- II - propor o Regimento Interno da Conferência;
- III - assegurar a veracidade de todos os procedimentos;
- IV - elaborar ou indicar textos de apoio para debate, nos respectivos grupos de discussão;
- V - envolver membros da sociedade civil, bem como integrantes de Fóruns Culturais, Poder Legislativo, entidades culturais, instituições comunitárias, entre outros;
- VI - tornar público o local, data e eixos temáticos da referida Conferência;
- VII - elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito a voto;
- VIII - receber os relatórios dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos.

Seção III

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 52 - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIIC.

Parágrafo único - Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro.

Subseção I

Do Plano Municipal de Cultura

Art. 53 - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 54 - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de cultura, através do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Cultura - PMC deve conter:

- I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II - diretrizes e prioridades;
- III - objetivos gerais e específicos;
- IV - estratégias, metas e ações;
- V - prazos de execução;
- VI - resultados e impactos esperados;



GABINETE DO PREFEITO

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Subseção II

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura

Art. 55 - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de, Antônio Almeida-PI que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único - São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;

III - Lei Municipal de Incentivo à Cultura e ao Esporte; e

IV - outros que venham a ser criados.

Art. 56 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 57 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado do Piauí.

Art. 58 - Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - recursos orçamentários do município;

II - contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

III - resultados de convênios, contratos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, possa ser destinado ao Fundo Municipal de Cultura – FMC.

§ 1º Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI e / Fundo Municipal de Cultura – FMC.



prefeitura de **ANTÔNIO ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

§ 2º A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC, não utilizados, são transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente.

Art. 59 - Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente.

Art. 60 - Os projetos financiados pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC devem ter o seu local de produção, promoção e execução no município de Antônio Almeida-PI.

Parágrafo único - Poderão concorrer projetos com o objetivo de divulgar a cultura do município de Antônio Almeida-PI desde que não fujam à finalidade do Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 61 - Nos projetos apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC deve constar, no corpo do produto, em destaque: apoio da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI através da Secretaria Municipal de Cultura, com o brasão do Município, a logomarca da Secretaria Municipal de Cultura e a logomarca do Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 62 - A gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, com as seguintes atribuições:

- I - autorizar expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- II - firmar contratos, convênios e congêneres;
- III - aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;
- IV - encaminhar, nas épocas aprazadas, demonstrativos e prestações de contas, plano de aplicação de recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle dos órgãos competentes.

Art. 63 - A Secretaria Municipal de Cultura deve acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos financiados pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ao longo e ao término de sua execução.

§ 1º A avaliação comprovará os resultados esperados e atingidos, objetivos previstos e alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.

Subseção III



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

Art. 64 - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 65 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil ao acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 66 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e



GABINETE DO PREFEITO

continua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Art. 68 - Fica criado o Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais – CMIC, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais do Município, bem como seus espaços e produtores.

Parágrafo único - A organização e manutenção do CMIC serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 69 - O CMIC tem por finalidades:

I - reunir dados sobre a realidade cultural do município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos artistas, produtores, técnicos, usuários, profissionais, bem como grupos, entidades e equipamentos culturais existentes;

II - servir de instrumento para a busca por informações culturais e a divulgação da produção cultural local;

III - ser um difusor da produção e do patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva; e

IV - consolidar informações dos seus integrantes para incentivar a participação nos fóruns deliberativos e nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 70 - O CMIC deverá ser organizado de acordo com as Áreas Temáticas de atuação da Secretaria de cultura e respectivos segmentos.

§ 1º As Áreas Temáticas são propostas de modo a tornar o mais abrangente possível a área de atuação das atividades, a saber:

I - Arte/Cultura:

a) Cultura **Popular**: Carnaval, Ciranda, Cavalgada, Réveillon, Festas Junina, **Festas Religiosas**: Arraial de Santa Ana – Padroeira da Cidade, Romaria São Francisco, Festa aniversário Igreja Assembléia de Deus. **Cívicas**: Aniversário do Município e Exposição Agropecuária de Antonio Almeida Piauí – Dia das Mães, Festa do Trabalhador, dia Internacional da Mulher, Festa do Índio, Semana do Idoso e Jogos Estudantis.

b) Linguagens Plásticas: pintura, escultura, fotografia, gravura, moda e design;

c) Artes Cênicas: teatro, circo, dança;

d) Música: show de calouros



GABINETE DO PREFEITO

- e) Literatura;
- f) Artesanato;
- g) Audiovisual;
- h) Culturas Urbanas;
- i) Produtor Cultural;
- j) Instituições Culturais Não-Governamentais.

II - Patrimônio Cultural:

- a) Patrimônio material: bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos musicológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, vídeo gráficos, fotográficos e cinematográficos;
- b) Patrimônio imaterial: práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural;
- c) Cultura Afro-Brasileira;
- d) Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC poderá deliberar pela inclusão, exclusão ou fusão de segmentos no CMIC.

Art. 71 - Podem se cadastrar no CMIC:

- I - pessoas físicas, residentes em Antônio Almeida-PI, com comprovada atuação na área cultural;
- II - agentes culturais comprovadamente atuantes na cidade, residentes em outras cidades, Estados e países, que desenvolvam projetos culturais em prol da cidade de Antônio Almeida-PI
- III - pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Antônio Almeida-PI há, no mínimo, 01 (um) ano;
- IV - entidades e grupos culturais, localizados e comprovadamente atuantes em Antônio Almeida-PI há, no mínimo, 01 (um) ano; e
- V - teatros, salas de cinema, centros culturais, museus, casas de memória, academias ligadas à área de cultura, espaços que comprovem atuação cultural, bens tombados, casas de leitura e escrita, bibliotecas, "sebos", acervos, escolas de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, praças e outros que identifiquem afinidade com a cultura.

Art. 72 - Pessoas físicas ou jurídicas podem se cadastrar em apenas uma área e segmento.



prefeitura de **ANTÔNIO ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

TÍTULO III DO FINANCIAMENTO CAPÍTULO I DOS RECURSOS

Art. 73 - O Fundo Municipal da Cultura – FMC e o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 74 - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura - PMC far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 75 - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:

I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;

II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 76 - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento.

CAPÍTULO II DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 77 - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura.

§ 2º A Secretaria Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 78 - O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.



Parágrafo único - O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais e o Custo Piauiense.

Art. 79 - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura - SMC e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura - FMC.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 80 - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Cultura - PMC será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura - SMC e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 81 - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82 - Os mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também constituem instrumentos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 83 - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 84 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 85 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Antônio Almeida/PI, em 23 de junho de 2015.



JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal



prefeitura de
**ANTÔNIO
ALMEIDA**

O povo unido para o progresso

GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei nº 007/2015, de 27 de abril de 2015, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que “**INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI – SMC, SEUS PRINCÍPIOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO**”, e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei obteve aprovação, por unanimidade dos presentes, pela Câmara de Vereadores de Antônio Almeida, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, do dia 19/05/2015 e 22/06/2015 respectivamente, conforme ofício nº 043/2015 de 23 de Junho de 2015, da referida Câmara municipal, endereçado ao Executivo Municipal.

DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

SANCIONO a presente **LEI** de iniciativa deste **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, que “**INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI – SMC, SEUS PRINCÍPIOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO**”, conforme específica e dá outras providências, aprovada pela Câmara de Vereadores de Antônio Almeida, em **SESSÕES ORDINÁRIAS**, por unanimidade dos presentes, realizadas em 19/05/2015 e 22/06/2015 respectivamente, conforme ofício nº 043/2015 de 23 de junho de 2015, da referida Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito municipal de Antônio Almeida (PI), em 23 de junho de 2015.


JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei, sob o número de ordem 216/2015 (dois, hum, seis, barra, dois, zero, hum cinco), aos 23 dias do mês de junho de 2015.


VANILDA CAVALCANTE COSTA
Chefe de Gabinete do Prefeito



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
ACAUÁ - PIAUÍ
RUA JOAQUIM RODRIGUES DE SOUSA, 204, S/N - CENTRO - CEP: 64.788-000

RESOLUÇÃO Nº 06 de 25 de junho de 2015

Divulga local e horário de realização do Exame de Conhecimento Específico para os candidatos habilitados ao processo de escolha dos conselheiros tutelares no âmbito do Município de Acauá - Piauí para o quadriênio 2016/2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de ACAUÁ - PIAUÍ, em sessão extraordinária realizada no dia 24 de junho de 2015, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Edital nº 01/2015 de convocação para o Processo de Escolha em data unificada para os membros do Conselho Tutelar de Acauá - Piauí,

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar o Local e o horário de realização do Exame de Conhecimento Específico para os candidatos habilitados ao processo de escolha dos conselheiros tutelares no âmbito do Município de Acauá - Piauí.

Art. 2º - A realização do Exame de Conhecimento Específico será dia 26 (vinte e seis) de junho de 2015, com início às 8:00 horas e término às 11:00 horas na Unidade Escolar Judina Maria Cavalcanti.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Acauá - PI, 25 de junho de 2015.

Silvana Maria de Freitas Sousa
Presidente do CMDCA



Projeto de Lei nº 007/2015, de 27 de abril de 2015, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que "INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI - SMC, SEUS PRINCÍPIOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO", e dá outras providências.

Referido Projeto de Lei chegou à aprovação, por unanimidade dos presentes, pela Câmara de Vereadores de Antônio Almeida, em SESSÕES ORDINÁRIAS, do dia 19/05/2015 e 22/06/2015 respectivamente, conforme ofício nº 043/2015 de 23 de junho de 2015, da referida Câmara municipal, encaminhado ao Executivo Municipal.

DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

SANCIONO o presente LEI de iniciativa de **PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**, que "INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI - SMC, SEUS PRINCÍPIOS OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO", conforme específica e dá outras providências, aprovada pela Câmara de Vereadores de Antônio Almeida, em SESSÕES ORDINÁRIAS, por unanimidade dos presentes, realizadas em 19/05/2015 e 22/06/2015 respectivamente, conforme ofício nº 043/2015 de 23 de junho de 2015, da referida Câmara Municipal.

Gabinete do Prefeito municipal de Antônio Almeida (PI), em 23 de junho de 2015.

JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal

Sancionada, transcrita, registrada e publicada a presente Lei, sob o número de ordem 216/2015 (data, hora, mês, dia, hora, zero, hora cívica), em 23 dias do mês de junho de 2015.

VANILDA CAVALCANTE COSTA
Chefe de Gabinete do Prefeito



LEI MUNICIPAL Nº 216/2015, de 23 de junho de 2015.

"INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE ANTONIO ALMEIDA-PI - SMC, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, COMPONENTES, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Antônio Almeida-PI, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula no município de Antônio Almeida-PI em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compatibilizada com as demais áreas federadas e a sociedade civil.

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define parâmetros que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental de ser humano, devendo o Poder Público Municipal promover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser usada como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e implementar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Antônio Almeida-PI e promover condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Antônio Almeida-PI planejar e implementar políticas públicas para:

- I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura em todo o território do município, com plena liberdade de expressão e criação;
- II - implementar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III - contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V - promover a disseminação e o reconhecimento de qualquer espécie de arte e cultura;
- VI - promover a equidade social e gerencial do desenvolvimento cultural;
- VII - qualificar e garantir a participação da gestão cultural;
- VIII - fomentar os processos de inclusão, assegurando a participação e o controle social;
- IX - estimular e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X - considerar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI - incentivar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII - incentivar para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se confunde ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposição e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

(Continua na próxima página)



CAPÍTULO II DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

- I - o direito à identidade e à diversidade cultural;
II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:
a) livre criação e expressão;
b) livre acesso;
c) livre difusão;
d) livre participação nos debates de política cultural.
III - o direito natural;
IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional de cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

Seção I Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende as bases de memória coletiva e que constituem o patrimônio cultural do Município de Antônio Almeida-PI abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as seguintes possibilidades de uso da simbólica expressão em todos os níveis, espaços, valores, tempos, rituais e identidades:

Art. 14 - A política cultural deve compreender as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, rurais e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, em níveis local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todos os lugares, entre instituições de promoção da paz, moldada em padrões de respeito, integridade e harmonia entre os indivíduos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

Seção II Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem ser tratados como prioritários da promoção das políticas culturais, pois, para a cidadania plena, não se pode falar em cidadania cultural sem que todos os cidadãos do Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 17 - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo-se acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização da criação, da produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras, e ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 231 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar sua potencialidade, artística e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nos debates de política cultural deve ser estimulado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelas respectivas segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colégios, comitês e fóruns.

Seção III Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração

de riquezas produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a descentralização dos fluxos de formação, produção e difusão dos diferentes linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a renovação da cultura com:

- I - sistemas de produção, materializada em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
II - sistemas integrados da economia contemporânea, em que se configure como um dos segmentos mais dinâmicos e importantes fator de desenvolvimento econômico e social;
III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem atender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restringindo seu valor econômico.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de modo que as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Antônio Almeida-PI deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compatíveis por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurada o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28 - Fica instituído no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI no Estado do Piauí, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, modo como auxiliar a articulação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, a democratização dos processos decisórios e a construção de economicidade, eficiência, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa neste lei e em suas diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Cultura - PMC, para garantir um processo de gestão compartilhada entre os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estados, Municípios e Distrito Federal - com suas respectivas políticas e instruções culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal de Antônio Almeida-PI, das demais entes federativos e da sociedade civil em suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento, são:

- I - diversidade das expressões culturais;
II - inter-relação do movimento entre a criação e os serviços culturais;
III - incentivo à produção, difusão e circulação de bens culturais e bens culturais;
IV - cooperação entre os entes federativos, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
V - integração e interação na construção das políticas, programas, projetos e ações descentralizadas;
VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
VII - transversalidade das políticas culturais;
VIII - autonomia dos entes federativos e das instituições da sociedade civil;
IX - participação e compartilhamento das instituições;
X - democratização dos processos decisórios entre participação e consenso social;
XI - institucionalização estrutural apoiada da gestão, dos recursos e das ações;
XII - aplicação progressiva dos recursos comitês nos instrumentos políticos para a cultura.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo fomentar e implantar políticas públicas de cultura, descentralizadas e permeáveis, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes de federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
II - assegurar a universalidade de cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se realizam os princípios da diversidade e multiplicidade cultural, estimulando esta vida local que equilibre o tradicional e o moderno numa percepção dinâmica da cultura;

(Continua na próxima página)



CABINETE DO PREFEITO

- III - mobilizar a sociedade, mediante a adoção de mecanismos que lhe permitam, por meio da ação comunitária, definir prioridades e assumir co-responsabilidades no desenvolvimento e no sustento das manifestações e eventos culturais;
- IV - fortalecer as identidades locais, através do incentivo à criação, produção, pesquisa, afetos e preservação das manifestações culturais;
- V - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com os demais áreas, considerando sua papel estratégica no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- VI - promover, divulgar e preservar o patrimônio cultural do município e as tradições, costumes e histórias, da comunidade de Antônio Almeida - Piauí;
- VII - proteger e aperfeiçoar os espaços destinados às manifestações culturais com adequação aos portadores de necessidades especiais;
- VIII - assegurar uma paridade equilibrada dos recursos públicos de área de cultura, entre os diversos segmentos artísticos e culturais, regionais e locais do município;
- IX - promover as interações com os demais setores federativos e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a integração dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- X - criar instrumentos de gestão para o planejamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- XI - estimular um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência em ações públicas, através da criação dos marcos legais e institucionais no estabelecimento Secretaria Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, Lei Municipal de Incentivo à Cultura e ao Espetáculo, Lei Municipal de Promoção de Patrimônio Cultural e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural;
- XII - estabelecer parcerias entre as setores públicas e privadas nos áreas de gestão e de promoção da cultura.

**CAPÍTULO III
DOS COMPONENTES**

Art. 33 - Integra o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Conselho de Cultura;
- a) Secretaria Municipal de Cultura;
- II - Instituições de Articulação, Promoção e Difusão de Cultura:
- a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- b) Conferência Municipal de Cultura - CMC;
- III - Instrumentos de Gestão:
- a) Plano Municipal de Cultura - PMC;
- b) Sistema Municipal de Planejamento de Cultura - SMIPE;
- c) Sistema Municipal de Informação e Indicação Cultural - SMIIC;

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC, atua articulado com os demais sistemas municipais em políticas setoriais, em especial, de educação, de comunicação, de planejamento urbano, de desenvolvimento econômico e social, de indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, incluindo regulamentação.

Seção I

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Cultura é órgão superior e subordinado imediato ao Prefeito, e ao caráter de órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35 - São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado ao Sistema Nacional e Estadual de Cultura, articulando as ações públicas e privadas nos âmbitos do Município, promovendo e integrando a rede de organizações públicas, descentralizando o desenvolvimento e sua estrutura e atuação;
- II - promover o planejamento e fomento das atividades culturais, com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma atividade essencial para o desenvolvimento local;
- III - Implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, promovendo as políticas e as ações culturais definidas;
- IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressem a diversidade étnica e social do Município;
- V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
- VII - manter articulação com áreas públicas e privadas visando à cooperação em ações na área de cultura;
- VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;
- IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Planejamento de Cultura - SMIPE, e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, descentralizando o acesso aos bens culturais;
- XI - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XII - elaborar estudos das condições produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

- XIII - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;
- XIV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e das Fórum de Cultura do Município;
- XV - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura;
- XVI - exercer outras atividades coerentes com as suas atribuições.

Art. 36 - A Secretaria Municipal de Cultura como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

- I - exercer a coordenação geral do Sistema;
- II - instituir as organizações e instituições setoriais e de gestão, aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- III - emitir pareceres, recomendações, resoluções e outros pareceres/relatórios sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- IV - Colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que possibilitem para a descentralização das bens e serviços culturais promovidos no âmbito, bem como estabelecer, com o auxílio do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, acordo de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informação e Indicação Cultural;
- V - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e integração de normas, procedimentos técnicos e materiais de gestão;
- VI - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicas do Governo Municipal;
- VII - coordenar e executar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Seção II

Das Instituições de Articulação, Promoção e Difusão

Art. 37 - Constituem as instituições de articulação, promoção e difusão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- II - Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Subseção I

Do Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 38 - Flex estudo o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, instituído de natureza básica da Secretaria Municipal de Cultura, em composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, no âmbito no principal órgão de participação social institucionalizada, de caráter permanente, da estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Parágrafo único - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, tem como principal atribuição atuar, sobre base das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 39 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, é órgão paritário, composto por órgãos, membros titulares e respectivos suplentes, a saber:

- I - 04 (quatro) representantes da Administração Pública Municipal, sendo:
 - a) 01 (um) Titular da Secretaria Municipal de Cultura;
 - b) 01 (um) Membro da Secretaria Municipal de Cultura;
 - c) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - d) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II - 02 (dois) representantes de entidades da Sociedade Civil, pertencentes à área de atuação Arte/Cultura;
- III - 02 (dois) representantes de entidades da Sociedade Civil, pertencentes à área de atuação Patrimônio Cultural;

§ 1º Os representantes de entidades da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura - CMPC, serão eleitos diretamente em âmbito municipal específico, conforme regulamento a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura.

§ 2º Nenhum membro, titular ou suplente, representante de entidade da Sociedade Civil, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Público Municipal.

§ 3º Os membros representantes da Administração Pública Municipal, titulares e suplentes, serão indicados pelo respectivo órgão da Administração Municipal em representação no Conselho.

§ 4º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral, entre os respectivos suplentes.

§ 5º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo mediante Decreto.

§ 6º O mandato do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um período.

§ 7º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, não será remunerado, compreendendo serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 40 - As entidades da Sociedade Civil que desejem concorrer às eleições do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, deverão atender aos seguintes requisitos:

(Continua na próxima página)



I - estar regularmente constituída;
II - compor-se atuação de 01 (um) ato legislativo em atividades culturais no Município de Antônio Almeida-PI.

Art. 41 - O funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC será definido em Regimento Interno, devendo ser proposto e aprovado por seus integrantes.

Art. 42 - Ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC compete:

- I - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- II - propor e aprovar os diretrizes gerais, regulamentar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;
- III - estabelecer o Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
- V - acompanhar a execução dos projetos culturais da administração municipal e de projetos da sociedade civil apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura;
- VI - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura;
- VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social (relacionada ao ensino e fiscalização);
- IX - instituir para o aprimoramento dos critérios de paridade e do compartilhamento de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC;
- X - apoiar e aprovar as diretrizes operacionais de área da cultura;
- XI - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Quênio Federal e Nacional;
- XII - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;
- XIII - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
- XIV - promover, disseminar e dar parecer sobre projetos que tenham relação à produção, as artes ou bens culturais e à difusão das manifestações culturais de Antônio Almeida-PI;
- XV - emitir parecer em consultas sobre proposições relacionadas às políticas públicas de cultura no município, dentro de sua esfera de competência;
- XVI - organizar as Conferências Municipais de Cultura e promover as Fóruns Setoriais de acordo com as áreas constantes do Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais - CMIC;
- XVII - elaborar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC;
- XVIII - elaborar as propostas de regulamentação das matérias legais de gestão cultural, para submeter posteriormente aos órgãos competentes;
- XIX - incentivar, apoiar e acompanhar o trabalho e o funcionamento de espaços culturais, de interesse das associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

Art. 43 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC promoverá anualmente os Fóruns Setoriais, organizados em duas áreas: Arte/Cultura e Políticas Culturais.

Art. 44 - São atribuições dos Fóruns Setoriais:

- I - ouvir as direções setoriais das áreas, conforme definidas no Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais - CMIC, para debates que visem reformular as políticas culturais;
- II - propor inclusão de novos segmentos nos Áreas Temáticas do Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais - CMIC; e
- III - criar Comissões Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural.

Art. 45 - Os Fóruns Setoriais são espaços de diálogo, de participação e proposição de políticas públicas para cada segmento, seguindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

Parágrafo único - Os Fóruns Setoriais podem, na eventual necessidade, quando houver necessidade, realizar convocação do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 46 - A Secretaria Municipal de cultura garantirá infraestrutura, suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC para o desempenho de suas atribuições.

Art. 47 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem o direito de usufruir de espaço próprio no Diário Oficial do Município para publicar suas resoluções, encaminhadas a outros instrumentos previstos no Regimento Interno.

Subseção II
Da Conferência Municipal de Cultura

Art. 48 - A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para discutir a estrutura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que compõem o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovações, e avaliar a execução das metas estabelecidas no Plano Municipal de Cultura - PMC e as respectivas revisões ou adequações.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos, de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º A inscrição na Conferência Municipal de Cultura tem direito a voz e voto se dar com direito regime no Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais - CMIC/teresina, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da Conferência.

Art. 49 - São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

- I - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC, observando quando pertinente as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Estadual de Cultura;
- II - aprovar o Regimento Interno da Conferência no ato de abertura desta;
- III - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município;
- IV - facilitar o acesso da sociedade civil aos momentos de participação popular, no município, por meio de debates sobre os temas e processos constituintes da identidade e diversidade cultural;
- V - auxiliar o governo municipal, e subsidiar os governos, Estadual e Federal, a consolidar as políticas de cultura junto aos diversos setores da sociedade;
- VI - identificar e fiscalizar a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas em três níveis de governo;
- VII - promover e estabelecer informações e condicionalidades estratégicas para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura e posteriormente, a consolidadas com os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura;
- VIII - avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de cultura.

Art. 50 - Os Áreas Temáticas das Conferências Municipais de Cultura de Antônio Almeida-PI são definidas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, levando-se em consideração o tema geral a ser discutido pelo Ministério de Cultura da Cultura.

Art. 51 - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC poderá atuar em Grupo de Trabalho Executivo - GTE, para organizar a Conferência Municipal de Cultura, com as seguintes funções:

- I - coordenar e supervisionar os trabalhos para realização da Conferência, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;
- II - elaborar Regimento Interno da Conferência;
- III - mobilizar a sociedade de todos os municípios;
- IV - elaborar ou indicar meios de apoio para debates, nos respectivos grupos de discussão;
- V - envolver membros da sociedade civil, bem como integrantes de Fóruns Culturais, Poder Legislativo, entidades culturais, instituições comunitárias, entre outros;
- VI - atuar no âmbito local, desde que seja autorizado da própria Conferência;
- VII - elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito a voto;
- VIII - manter os registros dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos.

Seção III
Dos Instrumentos de Gestão

Art. 52 - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Plano Municipal de Cultura - PMC;
 - II - Sistema Municipal de Planejamento de Cultura - SMP/C;
 - III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC;
- Parágrafo único - Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam entre: estratégias de planejamento, inclusive técnico e financeiro.

Subseção I
Do Plano Municipal de Cultura

Art. 53 - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e orienta a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 54 - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de cultura, através do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Cultura - PMC deve conter:

- I - diagnóstico das desenvolvimento da cultura;
- II - diretrizes e prioridades;
- III - objetivos gerais e específicos;
- IV - estratégias, metas e ações;
- V - prazos de execução;
- VI - resultados e impactos esperados;

(Continua na próxima página)



- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento; e
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

Subseção II

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura

Art. 55. - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto dos mecanismos de financiamento público de cultura, no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI que devam ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. - São mecanismos de financiamento público de cultura, no âmbito do Município de Antônio Almeida-PI:

- I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;
- III - Lei Municipal de Incentivo à Cultura e ao Espetáculo;
- IV - outras que venham a ser criadas.

Art. 56. - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FMC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura como fundo de recursos próprios e financeiros, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 57. - O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura no município, sem prejuízo de outras a programas, projetos e ações culturais implementadas de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado do Piauí.

Art. 58. - Compõem o Fundo Municipal de Cultura - FMC:

- I - recursos orçamentários do município;
- II - transferências, transfereências, subvenções, auxílios ou doações de outros públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- III - resultados de eventos, concursos ou acordos, celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- IV - outros recursos, rendidos e outras advindas ou extracurriculares que, por sua natureza, possa ser destinados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC.

§ 1º - Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em nome próprio, denominada Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI e / Fundo Municipal de Cultura - FMC.

§ 2º - A cada final de exercício financeiro, os recursos depositados no Fundo Municipal de Cultura - FMC, são avaliados, e os transferidos para utilização pelo Fundo, na dotação financeira estabelecida.

Art. 59. - Os recursos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC, com planejamento, controle, acompanhamento, avaliação e distribuição de resultados, são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, com o auxílio do Município, e a supervisão da Secretaria Municipal de Cultura e a supervisão do Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Art. 60. - Os projetos financiados pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC devem ter o seu nível de produção, promoção e execução no município de Antônio Almeida-PI.

Parágrafo único. - Podem ser financiados projetos com o objetivo de divulgar a cultura do município de Antônio Almeida-PI desde que não faturem a finalidade do Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Art. 61. - Nos projetos apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, deve constar, no corpo do produto, em destaque, após a Prefeitura Municipal de Antônio Almeida-PI, o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, com o auxílio do Município, e a supervisão da Secretaria Municipal de Cultura e a supervisão do Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Art. 62. - A gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC é da responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, com as seguintes atribuições:

- I - emitir expressamente todas as despesas e pagamentos realizados pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- II - firmar contratos, convênios e congêneres;
- III - aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- IV - estabelecer, em época apropriada, demonstrativos e prestação de contas, para a aplicação de recursos e outros documentos informativos necessários ao acompanhamento e controle dos órgãos competentes.

Art. 63. - A Secretaria Municipal de Cultura deve acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos financiados pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ao longo e ao término de sua execução.

§ 1º - A avaliação acompanhará os resultados operados e atingidos, objetivos perseguidos e alcançados, os custos envolvidos e reais e a repercussão da iniciativa na sociedade.

§ 2º - O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC acompanhará o desenvolvimento dos projetos durante sua execução e apresentação de resultados.

Subseção III

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

Art. 64. - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais controlados a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC é constituído de banco de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, ações, economia, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º - O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIC.

Art. 65. - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC tem como objetivos:

- I - coletar, sistematizar e interpretar dados, investigar metodologias e estabelecer parâmetros à sustentação da atividade do campo cultural e das responsabilidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua conexão com projetos previstos;
- II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a implementação de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de inclusão e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos projetos culturais públicos e privados, no âmbito do Município;
- III - garantir e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder político e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 66. - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para estabelecimento de diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base sistematizada e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que subsidiarão bases para a gestão das políticas públicas de área, quando para, estatísticas tendas e pesquisas em tempo.

Art. 68. - Fica criado o Conselho Municipal de Informações e Indicadores Culturais - CMIC, instrumento de acompanhamento da realidade cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, de caráter consultivo, regulador e difusor, que organizará e disponibilizará informações sobre as diversas fontes culturais do Município, bem como seus espaços e produtores.

Parágrafo único. - A organização e manutenção do CMIC serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 69. - O CMIC tem por finalidades:

- I - reunir dados sobre a realidade cultural do município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos artistas, produtores, técnicos, usuários, profissionais, bens como grupos, entidades e equipamentos culturais existentes;
- II - servir de instrumento para a busca por informações culturais e a divulgação da produção cultural local;
- III - ser um divisor de produção e do patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu plural e diversificando a oferta produtiva;
- IV - consultar representantes dos seus integrantes para incentivar a participação nos fóruns deliberativos e nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 70. - O CMIC deverá ser organizado de acordo com as Áreas Temáticas de atuação da Secretaria de cultura e respectivos segmentos.

§ 1º - As Áreas Temáticas são propostas de modo a visar o mais abrangente possível à área de atuação das atividades, a saber:

I - Arte/Cultura:

- a) Cultura Popular: Carnaval, Ciranda, Cavalgada, Réveillon, Festa Junina, Festas Religiosas Anual de Santa Ana - Padroeira de Cidade, Romaria São Francisco, Festa aniversário Igreja Assembleia de Deus, Cívica Antecessora do Município e Exposição Agropecuária de Antônio Almeida Piauí - Dia das Mães, Festa do Trabalhador, dia Internacional da Mulher, Festa do Índio, Semanas do Livro e Jogos Estudantis;
- b) Linguagens Plásticas: pintura, escultura, fotografia, gravura, moda e design;
- c) Artes Cênicas: teatro, circo, dança;
- d) Música: show de calouros

(Continua na próxima página)



- e) Literárias;
- f) Artesanato;
- g) Audiovisual;
- h) Cultura Urbana;
- i) Pedagogia Cultural;
- j) Instituições Culturais Não-Governamentais.

II - Patrimônio Cultural:

- a) Patrimônio material: bens imóveis como os sítios urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentos, bibliográficos, epigráficos, numismáticos e etnográficos;
- b) Patrimônio material prático, representações, expressões, realizações e técnicas - inclui com as instrumentais, objetos, artefatos e objetos culturais que, nos são associados, que se caracterizam, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos envolvidos como parte integrante de seu patrimônio cultural;
- c) Cultura Afro-Brasileira;
- d) Comunidades Tradicionais grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Art. 71 - Podem se cadastrar no CMPC:

- I - pessoas físicas, residentes em Antônio Almeida-PI com interesse na área cultural;
- II - agentes culturais atuando profissionalmente na cidade, residentes em outros estados, Estados e países, que desenvolvem projetos culturais em prol da cidade de Antônio Almeida-PI;
- III - pessoas físicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Antônio Almeida-PI (na condição de autônomos, CLT ou aut);
- IV - entidades e grupos culturais, locais e representativos, atuantes em Antônio Almeida-PI (na condição de CLT ou aut);
- V - escolas, salas de cinema, centros culturais, centros, casas de memória, academias ligadas à área de cultura, espaços que promovam atuação cultural, bem como, casas de leitura e leitura, bibliotecas, "cafés", galerias, pontos de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, peças e formas que identifiquem afilhado com a cultura.

Art. 72 - Pessoas físicas ou jurídicas podem se cadastrar em apenas uma área e segmento.

**LEI DO PREJ
TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO
CAPÍTULO I
DOS RECURSOS**

Art. 73 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC e o orçamento da Secretaria Municipal de Cultura são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 74 - O financiamento das políticas públicas de cultura transferidas ao Município de Cultura - FMC de acordo com os recursos do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal de Cultura - FMC.

Art. 75 - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para um termo complementar de transferências do Fundo Nacional e Estadual de Cultura.

- § 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:
 - I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e no Municipal de Cultura;
 - II - para o financiamento de projetos culturais executados pelo Município por meio de seleção pública.
- § 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 76 - Os critérios de sorteio de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territoriais na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento.

**CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA**

Art. 77 - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

- § 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura.
- § 2º A Secretaria Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 78 - O Município deverá tomar cuidado os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único - O Município deverá atuar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com peritagem e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma avaliação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais e o Censo Populacional.

Art. 79 - O Município deverá assegurar a condição cultural para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva inscrição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura - SMC e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura no Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura - FMC.

**CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO**

Art. 80 - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, usadas suas próprias deliberações, incorporando-se as necessidades de política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências da União e do Estado e outras fontes de recursos.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Cultura - PMC será a base das atividades e programação do Sistema Municipal de Cultura - SMC e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 81 - As alterações a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC serão propostas pela Comissão Municipal de Cultura - CMC e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82 - Os mecanismos de gestão das políticas públicas culturais também visam serem instrumentos do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 83 - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis constantes deste ato, o não cumprimento de verbas ou transferências, previsto no artigo 315 do Código Penal, e utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidade diversa das previstas neste Lei.

Art. 84 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 85 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Antônio Almeida/PI, em 23 de junho de 2015.

JOÃO BATISTA CAVALCANTE COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ
 CNPJ: 41.522.194/0001-72
 Av. Ceará, 735 - Centro - CEP:
 54.225-000. Tel: (0XX86) 3327-1120 -
 FAX: (0XX86) 3327-1150.

EXTRATO DO CONTRATO

REFERÊNCIA: Contrato nº 1A.03.15.01 - FABP, celebrado entre o MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ (PI) e a empresa BRANDÃO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ (PI).

CONTRATADO: BRANDÃO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME.

CNPJ DO CONTRATADO: 10.470.695/0001-29

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ (PI).

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015, em conformidade com a Lei nº 8666/93, e suas alterações posteriores.

VALOR GLOBAL: R\$ 470.156,54 (quatrocentos e sessenta mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Orçamento Anual 2015 - Município de Bom Princípio do Piauí, CODEVASF.

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

Bom Princípio do Piauí (PI), 16 de março de 2015.

FRANCISCO APOLINÁRIO COSTA MORAES
Prefeito Municipal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.945.025/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/12/2013	
NOME EMPRESARIAL SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SMC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.11-6-00 - Administração pública em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 103-1 - ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
LOGRADOURO R PRESIDENTE OUTRA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 64.856-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO ALMEIDA	UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (89) 9443-9578	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE ANTONIO ALMEIDA			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/12/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 29/07/2015 às 09:36:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)